

INDÚSTRIA

A frágil recuperação da indústria brasileira*

*Clarisse Chiappini Castilhos***

O terceiro trimestre de 1996 manteve a bem-sucedida trajetória da política antiinflacionária, sendo que, no mês de outubro, a imprensa anunciou a apuração da primeira deflação do Plano Real (GM, 13-16.10.96, p.1). Esse êxito inegável no controle de preços viabiliza-se basicamente pela desindexação da taxa de câmbio, que se constitui no eixo do Programa de Estabilização. É justamente nesse eixo que reside sua principal fragilidade, materializada nos resultados desfavoráveis da balança comercial.

O relatório anual da Organização Mundial do Comércio, divulgado recentemente no Encontro de Cingapura, mostrou que as exportações brasileiras cresceram apenas 7% em 1995, sendo o Brasil o único dos 50 principais exportadores mundiais que apresentou crescimento inferior a 10%. Além disso, suas importações aumentaram em 49% (FSP, 10.12.96, p.2-7). Os dados relativos a 1996 mostram um quadro semelhante, com um crescente déficit na balança comercial.

Segundo a opinião dos responsáveis pelo Plano, essa é uma situação transitória, que reflete a modernização da economia brasileira, visto que parte das importações é de equipamentos e de insumos e componentes de alto valor tecnológico. Na seqüência, esse processo levaria à recuperação da competitividade da economia e, conseqüentemente, à ampliação do seu espaço no mercado mundial.

Dentre as inúmeras discussões que se abrem em torno dessa questão, é interessante dar destaque àquela relacionada ao crescimento da importação

* Este texto foi elaborado com informações disponíveis até 26.12.96.

** Economista e Técnica da FEE.

A autora agradece a colaboração do estagiário Eduardo Schneider e, também, a atenta leitura realizada pelas colegas Maria Cristina Passos e Sílvia Horst Campos.

de bens de capital *vis-à-vis* à produção interna desses bens e a seu significado para a competitividade da indústria brasileira.

As informações referentes à indústria brasileira de máquinas e equipamentos são bastante preocupantes. Grande parte das empresas vêm reduzindo seus níveis de produção e, desse modo, operando com elevada capacidade ociosa. Tais resultados indicam que a política econômica implementada ao longo do período de vigência do Plano Real tentou assegurar a modernização e os conseqüentes ganhos de produtividade da indústria em geral mediante a importação de bens de capital, ao invés de estimular sua produção interna.

Cabe aqui se efetuarem algumas considerações, atentando para o papel da produção de bens de capital na dinâmica interindustrial e na competitividade da indústria.

Partindo da idéia de competitividade sistêmica¹ ou estrutural (CHESNAIS, 1990, 1994), ou de sistema nacional de inovação (LUNDVAL, 1992, FREEMAN, 1987), diversos estudos sustentam a importância da endogeneização da produção de bens de capital para o crescimento sustentado de uma economia e para a difusão interna de inovações.

Conforme Chesnais (1994), a competitividade de uma firma, tomada isoladamente, possui uma dimensão sistêmica ou estrutural, que é a expressão dos atributos do contexto produtivo, social e institucional do País. A primeira dessas dimensões "(...) refere-se ao tamanho, à eficácia, portanto, à competitividade intrínseca do setor de bens de capital ou bens de investimentos (máquinas-ferramentas e máquinas especializadas para todos os outros segmentos)" (CHESNAIS, 1994, p.100).

A conhecida pesquisa empírica de Pavitt (1984) também chama atenção para o caráter nodal da produção de equipamentos para a difusão interna de tecnologia, assim como das relações que se estabelecem entre esses segmentos com os produtores de instrumentos de precisão e os da indústria eletrônica. Nesse sentido, dois elementos são enfatizados:

- a) a forte sinergia que se estabelece entre as indústrias de máquinas e equipamentos e as indústrias eletrônicas e de instrumentação científica; e

¹ Os fatores sistêmicos da competitividade são aqueles que constituem externalidades *strictu sensu* para a empresa produtiva, sobre os quais a empresa detém escassa ou nenhuma possibilidade de intervir (KUPFER, FERRAZ, HAGUENAUER, 1996, p.12).

b) o fato de que esses segmentos interagem de forma sustentada com outros segmentos de alto valor agregado e também difusores de tecnologia — as indústrias fornecedoras de insumos modernos (metalúrgica, de alumínio e a indústria química, dentre outras).

Em outras palavras, importar equipamentos às custas da destruição da produção interna desses bens não assegura a competitividade da indústria no seu conjunto, favorecendo apenas aquelas empresas capazes de garantir a substituição dos equipamentos através da importação.

Essa é uma das razões que não permitem assumir uma perspectiva otimista com relação ao crescimento sustentado da economia brasileira, bem como das exportações, já que uma de suas bases, a indústria de bens de capital, se encontra seriamente ameaçada.

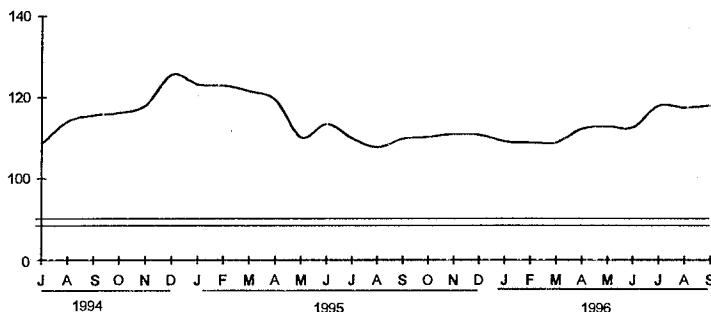
Evolução do nível de atividade da indústria de transformação brasileira

Conforme já havia sido previsto nos números anteriores desta revista, após uma fase de relativa estagnação do crescimento industrial, a indústria brasileira voltou a crescer, ainda que moderadamente. É possível observar-se no Gráfico 1 que os primeiros meses do ano apresentaram resultados inferiores aos de igual período de 1995, invertendo-se essa situação a partir de maio de 1996.

Essa aceleração da produção refletiu-se claramente na utilização média da capacidade instalada da indústria de transformação do País (Tabela 2, do Anexo da Indústria). O percentual relativo ao mês de outubro superou o dos meses anteriores, encontrando-se, assim, alguns gêneros no limite de sua capacidade. É o caso, por exemplo, de metalúrgica (92%), celulose, papel e papelão (91%) e química (91%). Desagregando ainda mais esses resultados, a análise efetuada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) mostra que os níveis operacionais mais altos ocorreram em celulose e pasta mecânica (97%), ferro e aço (95%), automobilístico (95%), combustíveis e lubrificantes derivados do petróleo (95%), fios naturais de origem animal e vegetal (95%), bebidas não-alcoólicas (92%), tecidos de algodão (91%) e máquinas de costura, refrigeradores e máquinas de lavar e secar roupa (90%) (CONJ. ECON., 1996, p.37-38).

Gráfico 1

Índice de base fixa mensal dessazonalizado da produção da indústria de transformação no Brasil — jul./94-set./96



FONTES: INDICADORES CONJUNTURAIS DA INDÚSTRIA: Brasil - produção física (1996). Rio de Janeiro: IBGE, set.

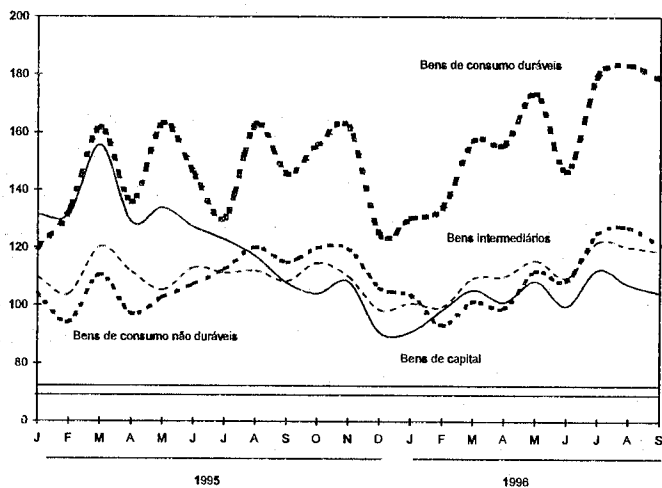
NOTA: Os índices têm como base a média de 1991 = 100.

Esse quadro global conjunturalmente favorável requer dois reparos. O primeiro refere-se à necessidade de ampliação da capacidade produtiva de alguns segmentos-chave para o tecido industrial, como é o caso, principalmente, dos produtos intermediários. É importante lembrar que a retomada dos investimentos ainda não se concretizou e se constitui em um dos impasses do Plano, tendo em vista as altas taxas de juros vigentes no mercado, relacionadas com a orientação preferencialmente de curto prazo dos capitais externos. O segundo diz respeito às diferenças de crescimento entre os setores industriais, que podem ser comentadas a partir do Gráfico 2. A liderança coube mais uma vez à indústria de bens de consumo duráveis, que se afasta aceleradamente dos demais setores, resultado coerente com aqueles relativos à utilização da capacidade instalada nas indústrias automobilística e de eletrodomésticos, já referidos acima. Esses segmentos são os mais favorecidos pela estabilização dos preços, bem como pelas recentes medidas de liberação do crédito ao consumidor.

O pior desempenho foi assinalado pela indústria de bens de capital, ilustrando a difícil situação desse setor, cujos efeitos multiplicadores foram comentados no início deste artigo. O Gráfico 2 mostra um aquecimento nos primeiros meses de 1995, seguido de uma queda bastante acentuada e prolongada. Esse setor sofre, principalmente, os efeitos da concorrência com os produtos importados paralelamente à difícil retomada dos investimentos produtivos internos, restringindo-se, cada vez mais, à produção de equipamentos tradicionais, de baixo valor agregado e de reduzido conteúdo tecnológico. Segundo estudo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), as importações de bens de capital representam, atualmente, mais de 70% da produção e 40% do consumo nacional desses bens (GM, 1.11.96, p.10).

Gráfico 2

Produção industrial, por categorias de uso, no Brasil — jan./95-set./96



FONTE: INDICADORES CONJUNTURAIS DA INDÚSTRIA: Brasil - produção física (1996). Rio de Janeiro: IBGE, set.

NOTA: Base fixa mensal: 1991 = 100.

No caso dos bens de consumo não duráveis, seu comportamento, mesmo ascendente, ainda oscila bastante, devendo crescer significativamente no final do ano por razões sazonais. Essa categoria, embora também beneficiada com a estabilização dos preços, é extremamente sensível à instabilidade do mercado interno e à concorrência com os produtos importados. Nesse caso, cabe citar o baixo nível de utilização da capacidade instalada de conservas alimentícias (58%) e de óleos, gorduras e ceras em bruto (59%). Nesse setor, o fenômeno mais destacável refere-se ao crescente número de fusões e aquisições, onde começam a dominar grandes empresas, favorecendo a competitividade.

Finalmente, a indústria de bens intermediários apresenta um comportamento mais estável, embora venha se recuperando muito lentamente, provavelmente refletindo o esgotamento da capacidade instalada e a insuficiência de investimento em diversos segmentos. O crescimento da produção de bens intermediários espelha a atual fase de aquecimento do conjunto da indústria brasileira, porém o setor aparenta ainda estar indefinido quanto à ampliação de sua capacidade produtiva, seja devido às elevadas taxas de juros, seja pelas incertezas quanto ao crescimento sustentado da economia brasileira, uma vez que se trata de empreendimentos de grande porte.

Ainda dentro desse setor, cabe lembrar o caso da indústria de autopeças², que vem enfrentando sérias dificuldades para sua sobrevivência, sendo outro ramo onde as firmas menores tendem a desaparecer. Esse é um dos segmentos mais ameaçados pela concorrência externa, cuja situação se acirrou em função da chamada Medida Provisória Automotiva, editada no mês de novembro, que reduziu o imposto para a importação de autopeças para 2,4%.³

² A indústria de autopeças é contabilizada dentro do gênero material de transporte, porém, como categoria de uso, insere-se na classificação de bens intermediários. Nesse caso, resultados setoriais não refletem os resultados da indústria de autopeças, devido à sua pequena participação em termos de valor da produção face aos outros grandes segmentos que compõem os bens intermediários.

³ Por pressão dos fabricantes de autopeças, o Governo reviu essa decisão, ampliando o imposto para 4,8% até que sejam efetuados os ajustes necessários para a competitividade do segmento, segundo nota divulgada pela imprensa (GM, 18.11.96, p 6). A reivindicação dos produtores, no entanto, era de que o imposto permanecesse em 9,6%.

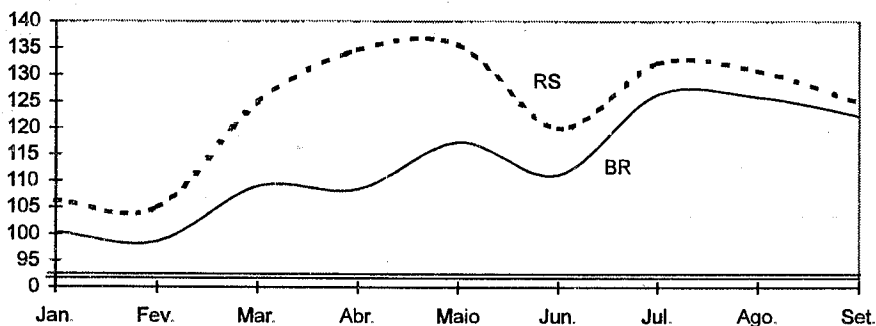
Os resultados da indústria gaúcha

No que se refere à indústria de transformação do Rio Grande do Sul, o Gráfico 3 mostra uma trajetória semelhante à do Brasil entre janeiro e setembro de 1996, embora o Estado tenha mantido um nível de produção física superior com relação ao ano de 1991.

Entretanto esse melhor desempenho da indústria de transformação gaúcha em relação à brasileira observado no Gráfico 3 não se verifica no exame dos indicadores acumulados comparados com os de igual período do ano anterior. Com efeito, constata-se que a queda no nível de atividade da indústria do Rio Grande do Sul foi mais acentuada do que a do Brasil: respectivamente, -3,4% e -1,2% no acumulado jan.-set.96 e -7,5% e -2,7% no acumulado dos últimos 12 meses até setembro.

Gráfico 3

Índice da produção da indústria de transformação no Rio Grande do Sul e no Brasil — jan.-set./96



FONTE: INDICADORES CONJUNTURAIS DA INDÚSTRIA: Rio Grande do Sul - produção física (1996). Rio de Janeiro: IBGE, set.

INDICADORES CONJUNTURAIS DA INDÚSTRIA: Brasil - produção física (1996). Rio de Janeiro: IBGE, set.

NOTA: Base fixa mensal: média de 1991 = 100.

De uma forma geral, duas dificuldades aparentam ser mais sérias no Estado com relação à situação nacional. A primeira refere-se à grande participação dos segmentos tradicionais, voltados para o mercado interno, cujos produtos são muito sensíveis à concorrência externa e, em alguns casos, como calçados, aos efeitos da política econômica voltada para os setores exportadores. A segunda diz respeito à forte vinculação ao setor agropecuário, com efeitos muito intensos sobre o desempenho industrial do Estado, como é o caso do segmento produtor de máquinas e equipamentos agrícolas.

Considerando-se a performance da indústria do Estado especificamente no terceiro trimestre deste ano, vale ressaltar a expressiva recuperação frente aos resultados anteriormente obtidos. O crescimento de 14,2% deveu-se, em grande parte, ao desempenho positivo dos gêneros madeira (49,6%) e mecânica (38,0%). Principalmente este último, com grande participação na produção industrial do Estado, encontra-se numa trajetória de recuperação de perdas sofridas nos últimos anos, apesar de ainda apresentar resultados fortemente negativos nos indicadores acumulados de 1996.⁴

Esse desempenho negativo é devido, principalmente, à fraca performance da indústria de máquinas e implementos agrícolas. A **Sondagem Conjuntural da Indústria Brasileira** (CONJ. ECON., 1996) registrou que os menores níveis de utilização da capacidade instalada se encontravam justamente entre os produtores desses bens, refletindo os resultados da produção gaúcha, responsável por parcela significativa da oferta nacional de máquinas e implementos agrícolas.

Por sua vez, o exame dos indicadores mensais no trimestre jul.-set., na comparação com igual período de 1995, aponta uma trajetória ascendente, alcançando um crescimento de 16,55% no mês de setembro. Esse resultado representou novamente a melhor taxa de expansão industrial no indicador mensal dentre os oito estados pesquisados pelo IBGE. No mês de agosto, a produção física da indústria de transformação do Rio Grande do Sul cresceu 14,82%, três pontos percentuais acima da de Minas Gerais,

⁴ Os problemas enfrentados pela indústria mecânica do Rio Grande do Sul foram examinados na análise da conjuntura industrial desenvolvida nos dois números anteriores da revista **Indicadores Econômicos FEE**.

a segunda colocada. Cabe lembrar, ainda, que, no primeiro mês do trimestre, apenas a indústria mineira superou o desempenho da indústria gaúcha.

Os gêneros que contribuíram positivamente para a formação da taxa de crescimento do mês de setembro foram mecânica, vestuário, metalúrgica, mobiliário, produtos alimentares e fumo. No que se refere aos principais produtos desses gêneros, a pesquisa industrial mensal do IBGE aponta colhedeiças e tratores agrícolas; calçados de couro para senhoras e bolsas de couro; tubos e canos de aço; armários, poltronas e sofás de madeira; arroz beneficiado e óleo de soja em bruto; e beneficiamento de fumo em folha.

Bibliografia

- CHESNAIS, François (1990). **Compétitivité internationale et dépenses militaires**. Paris : Syros.
- CHESNAIS, François (1994). **La mondialisation du capital**. Paris : Syros. 286p.
- CONJUNTURA ECONÔMICA (1996). Rio de Janeiro : FGV, n.12, dez.
- FOLHA DE SÃO PAULO (10.12.96). São Paulo, p.2-7.
- FREEMAN, C. (1987). **Technology policy and economic performance: lessons from Japan**. Londres : Pinter Publishers.
- GAZETA MERCANTIL (1.11..96). São Paulo, p.10.
- GAZETA MERCANTIL (13-16.10.96). São Paulo, p.1.
- GAZETA MERCANTIL (18.11.96). São Paulo, p.6.
- KUPFER, David, FERRAZ, João Carlos, HAGUENAUER, Lia (1995). **Made in Brazil: desafios competitivos para a indústria**. Rio de Janeiro : Campus. 386p.
- LUNDEVALL, B. A. (1992). Introduction. In: ____, ed. **National systems of innovation: towards a theory of innovation and interactive learning**. Londres : Pinter Publishers.
- OLIVEIRA, Eden Gonçalves de, REGO, João Mendonça da Costa, BRAGA, Jorge Ferreira (1996). Indústria de transformação: diminui a capacidade ociosa. **Conjuntura Econômica**, Rio de Janeiro : FGV, p.35-39, dez.

- PAVITT, K. (1984). Sectoral patterns of technical change: towards a taxonomy and a theory. **Research Policy**, v.13, n.6.
- SCHERER, André Luís Forti (1996). O Plano Real e as possibilidades de crescimento da atividade industrial. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v.24, n.2, p.53-71.
- SCHERER, André Luís Forti (1996a). A busca do crescimento industrial sustentado. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v.24, n.3, p.61-70.